

MODOS DE FAZER DA «ANTROPOLOGIA COLONIAL»: A MISSÃO CIENTÍFICA DE MENDES CORREIA À GUINÉ PORTUGUESA (1945-1946)

PATRÍCIA FERRAZ DE MATOS*

Resumo: Entre 1945 e 1946 Mendes Correia, principal mentor da Escola de Antropologia do Porto, esteve na então Guiné Portuguesa acompanhado pelo seu assistente Amílcar de Magalhães Mateus para preparar uma missão antropológica. O roteiro denota os interesses científicos de Mendes Correia e o modo como procurava produzir conhecimento – estabelecendo uma rede de contactos entre cientistas internacionais e informantes locais. Tal *modus operandi*, presente em outros países colonizadores, fornece-nos material para refletir como a antropologia esteve articulada com o projeto colonial português, nomeadamente através da criação de missões científicas. Esta visita permitiu ainda desmitificar algumas ideias preconcebidas de Mendes Correia, nomeadamente as relativas à classificação racial, e suscitou a necessidade de desenvolver novos campos de estudo, como as línguas nativas e os sistemas de numeração.

Palavras-chave: antropologia colonial; missão científica; Guiné; Mendes Correia.

Abstract: Between 1945 and 1946, Mendes Correia, the principal mentor of the Porto School of Anthropology, was then in Portuguese Guinea accompanied by his assistant Amílcar de Magalhães Mateus to prepare an anthropological mission. The script denotes Mendes Correia's scientific interests and the way he sought to produce knowledge — establishing a network of contacts between international scientists and local informants. Such *modus operandi*, present in other colonizing countries, provides us with material to reflect how anthropology was articulated with the Portuguese colonial project, namely through the creation of scientific missions. This visit also allowed to demystify some preconceived ideas of Mendes Correia, namely those regarding racial classification, and raised the need to develop new fields of study, such as native languages and numbering systems.

Keywords: colonial anthropology; scientific mission; Guinea; Mendes Correia.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Email: patricia_matos@ics.ul.pt.

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos do livro do qual este texto faz parte é o de dar conta do que aprendemos com os «modos de fazer». Partindo da ideia de que «fazer» pode significar impor uma forma ou um modo de agir e produzir conhecimento, irei debruçar-me sobre alguns dos modos de fazer antropologia, ou do que se entendeu como tal, no contexto colonial português. Aí, a tensão entre teoria e prática foi, por vezes, evidente e só o contacto com o terreno permitiu produzir teorias diferentes. Olhando para esse período no presente é possível refletir sobre como determinadas práticas estiveram relacionadas com os recursos disponíveis, humanos e materiais, assim como com o contexto social, económico e geopolítico envolvente.

A produção de conhecimento sobre as colónias contribuiu para dar visibilidade à antropologia; embora esta já se diversificasse por vários assuntos, saiu reforçada pelas investidas neste campo. Em 1875 foi criada a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)¹, onde foi instituída a Comissão de África e se prepararam as expedições de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto, entre 1877 e 1885. Silva Porto tinha empreendido uma expedição de Angola a Moçambique em 1853, mas é a SGL que, de facto, vem proporcionar novos desenvolvimentos. Em 1883 surgiu a Comissão de Cartografia — o organismo português mais antigo dedicado à investigação em áreas tropicais. De um modo geral, a presença de Portugal em África foi reforçada entre o final do século XIX e o início do século XX². Nesse período, os responsáveis pelas recolhas eram sobretudo os funcionários administrativos, os missionários, ou os militares, como Fonseca Cardoso (1865-1912) na Índia³, e os médicos viajantes, como Américo Pires de Lima (1886-1966), que integrou uma expedição militar ao norte de Moçambique durante a Primeira Guerra Mundial (1916-1917)⁴.

Apesar destas primeiras diligências, foi sobretudo a partir da década de 30 do século XX, com as missões antropológicas (e em outros domínios) apoiadas pelo governo, que o investimento no conhecimento científico das colónias foi mais decisivo. Nesse processo a atuação de Mendes Correia (1888-1960), mentor da Escola de Antropologia do Porto, revelou-se determinante; dela se dará conta na primeira parte do texto, exemplificando as iniciativas empreendidas para conhecer as colónias e especificamente a então Guiné Portuguesa. A segunda parte será dedicada a analisar a preparação da missão antropológica à Guiné, descrevendo a viagem ao território, realizada entre 1945 e 1946, por Mendes Correia, acompanhado de Amílcar de Magalhães Mateus, os contactos com a população e os objetivos delineados. No final, apresenta-se a discussão do material

¹ GUIMARÃES, 1984.

² ALEXANDRE, 2000; MARTINS, 2010.

³ ROQUE, 2001.

⁴ MARTINS, 2006.

analisado (relatório oficial⁵, diário de campo⁶ e livro sobre a viagem⁷), procurando tirar conclusões sobre alguns dos modos de fazer da «antropologia colonial».

MODOS DE FAZER DA «ANTROPOLOGIA COLONIAL»

Mendes Correia, formado em medicina, mas cujo trabalho foi dedicado essencialmente à antropologia e à arqueologia, desenvolveu um programa colonial a partir dos anos 30, que incrementou o ensino e a investigação científica e, adicionalmente, promoveu o envio de missões antropológicas às então colónias de África e Timor. Algumas delas estiveram a cargo de investigadores do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto (IAUP). No Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial, realizado no Porto em 1934, Vítor Fontes, presidente da Comissão de Antropologia da SGL, apelou para que o pessoal médico e administrativo seguisse algumas instruções antropológicas para recolher materiais de análise, como «ossos, cabelos e moldes das mãos, orelhas e pés»⁸. Mas já em 1931 Mendes Correia tinha considerado que as decisões de administração pública, ou de fomento, deviam ser tomadas tendo conhecimento não só dos caracteres físicos, mas também das características psicossociais das populações⁹.

Por proposta de Francisco Vieira Machado, ministro das Colónias (de 18/01/1936 a 06/09/1944), foram criadas missões antropológicas, dependentes da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC) — criada em 1936 e que constituía uma ampliação da já referida Comissão de Cartografia. Esta junta dependia do Ministério das Colónias e foi reformada em 1946 pelo ministro das Colónias Marcelo Caetano (de 06/09/1944 a 02/02/1947); era independente da Junta de Educação Nacional (JEN), mas procurou partilhar com esta o pessoal e o equipamento dos institutos universitários e outros estabelecimentos escolares e científicos metropolitanos^{10/11}. Pelo Decreto-lei n.º 34.478, de 03/04/1935, o governo era autorizado pelo ministro das Colónias a «organizar e enviar às colónias missões antropológicas e etnológicas para o estudo das respectivas populações no ponto de vista bio-étnico»¹² (Art.º 1.º). A 11/11/1935 a Comissão Executiva da JEN, depois Instituto para a Alta Cultura (IAC), adotou um relatório elaborado por Mendes Correia, onde é salientada a «urgência» e a «importância nacional e científica do assunto», reforçando não ser «aconselhável separar o Portugal-metrópole do Portugal-colónias»¹³.

⁵ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 1.º volume, IICT, Doc. n.º 1.

⁶ *Diário de campo de Mendes Correia sobre a viagem à Guiné (1945-1946)*.

⁷ CORREIA, 1947.

⁸ FONTES, 1934: 189.

⁹ CORREIA, 1931: 10.

¹⁰ Além da antropologia, a JMGIC patrocinou a investigação na área da geografia, geodesia, hidrografia, meteorologia, astronomia, assuntos diplomáticos e de fronteiras.

¹¹ CORREIA, 1945: 4.

¹² «Missões Antropológicas e Etnológicas às Colónias, Decreto-lei n.º 34.478», 1951: 146-147.

¹³ CORREIA, 1945: 4.

Ainda em 1936 foi criada a primeira das missões, pelo Decreto-lei n.º 26.842, de 28/07/1936, destinada a Moçambique, com seis campanhas entre 1936 e 1956, todas chefiadas por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior — colaborador do IAUP, bolseiro do IAC e da JMGIC, e orientando de Mendes Correia. Além desta missão, foram realizadas: uma à Guiné, chefiada por Amílcar de Magalhães Mateus, com campanhas entre 1945 e 1947; outra a Angola, chefiada por António de Almeida com campanhas entre 1948 e 1955; e a Timor, também chefiada por António de Almeida, com campanhas entre 1953 e 1975.

A 12/03/1941 Mendes Correia estrutura um «plano de estudos antropológicos coloniais (antropologia, arqueologia e etnografia) para um período de 6 anos», em resposta a um ofício da JMGIC enviado à direção da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP)¹⁴. No que respeita à «prioridade de ramos científicos e coloniais a estudar», refere que: «os estudos de antropologia física estão em primeiro lugar», pois permitem «estabelecer as características somáticas e as possibilidades psicofísicas dos diferentes povos»; a psicotecnia procurará averiguar as «características psíquicas, (...) vocações e capacidades dos mesmos povos»; e «a etnografia surgirá como auxiliar útil destes estudos». A arqueologia aparece em terceiro lugar, mas não porque «o seu interesse especulativo seja menor», já que «a arqueologia em geral, e dum modo especial a pré-história» constituíam uma «base imprescindível para o conhecimento das origens étnicas e da evolução dos povos»¹⁵. Na qualidade de diretor dos desígnios da Escola de Antropologia do Porto, revela ainda o propósito de encaminhar os seus discípulos e colaboradores para o trabalho de terreno.

A maioria das campanhas científicas veio a realizar-se depois de 1945, após a reforma da JMGIC. Por outro lado, passou a ter como objetivos principais a melhoria das condições de vida de «indígenas» e colonos, a exploração eficiente dos territórios colonizados e a contribuição para aumentar o conhecimento científico, contemplando sobremaneira os conteúdos socioculturais. Houve um investimento especial em Moçambique, com permanência mais longa no terreno e mais elementos recolhidos¹⁶. Este texto foca-se, contudo, no caso guineense.

O CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ PORTUGUESA

A criação do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (CEGP) em 1945 resultou também do interesse em conhecer melhor este território. Como apontou Clara Carvalho, este projeto foi pioneiro relativamente a iniciativas idênticas em outras colónias portuguesas, mas anacrónico se tivermos em conta o contexto internacional, «tanto da dinâmica da colonização que nessa altura chegava ao fim como das formas, meios e

¹⁴ *Processo n.º 306 de... Mendes Correia...*

¹⁵ *Processo n.º 306 de... Mendes Correia...*

¹⁶ MATOS, 2018.

produtos da investigação científica»¹⁷. A autora estudou a produção etnográfica deste centro, sobretudo no seu principal órgão, o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, que contém textos e fotografias reveladores de um olhar colonial — «científico, classificatório, enumerador e exaustivo», mas também «propagandístico» e «político»¹⁸.

Terá sido o contexto de instalação efetiva da organização administrativa e militar na colónia que permitiu a pesquisa etnográfica. Ao contrário de Angola e Moçambique, a Guiné trazia um benefício económico fraco. Os interesses portugueses na região foram revelados logo na Conferência de Berlim (1884-1885). Todavia, a ocupação efetiva do território apenas ocorreu no século XX, através das campanhas de «pacificação» entre 1913 e 1936. O CEGP acaba por se inserir no projeto colonial na Guiné depois de 1945. Uma das iniciativas de promoção desta colónia foi a realizada em 1946 no âmbito das comemorações do 5.º Centenário da sua «descoberta». O governador Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, que viria a ser ministro das Colónias, empenhou-se no processo desde a sua chegada em 1945. Assim, «entre 1945 e 1946 foram lançadas obras públicas por todo o território guineense, construídas as casas dos membros da administração, instalados postos sanitários»¹⁹. Entre os elementos mais visíveis desta política cultural, destaca-se a fundação do Museu da Guiné Portuguesa, em 1945, e a publicação do referido *Boletim Cultural* a partir de 1946 (que até 1973 reuniu mais de 100 números). O CEGP organizou ainda a II Conferência dos Africanistas Ocidentais, decorrida em Bissau em 1947, e foi mantendo colaborações com sociedades científicas, como o IFAN (Institut Français d'Afrique Noire, criado em 1936 e designado por Institut Fondamental d'Afrique Noire após 1966), em Dakar.

O CEGP promoveu a realização de etnografias locais, tendo estas sido elaboradas, amiúde, por administradores coloniais. As primeiras foram editadas na sequência do inquérito etnográfico realizado em 1945 sob a orientação de Avelino Teixeira da Mota, oficial da marinha e historiador a quem se devem diversos estudos sobre a zona²⁰. Foi realizado ainda um inquérito à habitação indígena em 1946. Alguns dos resultados dos inquéritos foram publicados através do CEGP. Este centro não esteve ao mesmo nível do Rhodes-Livingstone Institute na Rodésia do Norte, criado em 1938, mas através dele foram criadas redes internacionais de investigadores, sobretudo no âmbito da história. São de salientar os contactos com os investigadores do IFAN.

¹⁷ CARVALHO, 2004: 120.

¹⁸ CARVALHO, 2004: 120.

¹⁹ CARVALHO, 2004: 123.

²⁰ CARVALHO, 2004: 124.

A VIAGEM DE MENDES CORREIA À GUINÉ

No mesmo ano em cujo Verão termina a Segunda Guerra Mundial, Mendes Correia desloca-se à Guiné, com Amílcar de Magalhães Mateus, para preparar a missão antropológica ao território, que seria chefiada no ano seguinte por esse colaborador do IAUP. Marcelo Caetano era o ministro das Colónias e Sarmento Rodrigues o governador do território. A propósito da visita, Mendes Correia elaborou três registos: relatório oficial dirigido à JMGIC, diário de campo e livro²¹. Antes de chegar à Guiné, passaram por Casablanca (Marrocos), onde Mendes Correia esteve com dois dos seus antigos alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (o cônsul português em Rabat e a sua esposa). Contudo, como refere no livro, a sua missão era na África Ocidental Francesa e na Guiné Portuguesa, ou seja, «na África negra e não na África branca»²². Estiveram depois em Dakar (Senegal) onde visitaram o IFAN, se encontraram com vários professores e investigadores e se mobilizaram para continuar a estabelecer conexões e permutar trabalhos com estudiosos.

Durante a estadia, entre 26/12/1945 e 20/01/1946, Mendes Correia foi anotando tudo o que via, assim como as suas experiências, num diário de campo (*Diário de campo de Mendes Correia...*). As suas notas dão conta de impressões mais imediatas e de registos espontâneos. São estas, porém, que utiliza para a publicação do livro. Apesar da superficialidade da visita, no sentido em que se tratava da preparação, e não da missão em si, e não tenha havido um apetrechamento prévio, ao nível teórico ou linguístico, alguns elementos constituem fontes importantes. No início do livro, Mendes Correia refere que o mesmo não apresenta «um estudo exaustivo e profundo sobre as gentes da nossa Guiné, mas apenas das impressões e resultados de uma missão preliminar»²³. Acrescenta que alguns assuntos são alheios aos seus estudos habituais, mas a escassez de trabalhos publicados a isso o levou. O livro é dedicado aos «indígenas da Guiné», «seres humanos, almas, portugueses», cuja dignidade elogia, e refere que «defeitos, maldades, também existem (...) entre os civilizados»²⁴.

O diário de campo inclui descrições de entusiasmo, vontade de estar no local e de absorver a máxima informação. Ao longo do percurso descreve pormenorizadamente os sítios por onde passa e os indivíduos que encontra, sobretudo os que revelam ter determinadas particularidades físicas. Na colónia francesa em Dakar apercebe-se das mudanças sociais a decorrer:

²¹ CORREIA, 1947.

²² CORREIA, 1947: 20.

²³ CORREIA, 1947: 5.

²⁴ CORREIA, 1947: 6.

*os indígenas abandonaram então todo o serviço doméstico nas casas dos europeus. Nos hotéis e restaurantes os criados e cozinheiros negros ausentaram-se do trabalho. Fazemos nós próprios a cama, servimo-nos a nós próprios no balcão dos restaurantes. Isto tem o seu pitoresco, mas... não é tranquilizador*²⁵.

Enquanto em Portugal se procurava reforçar a presença colonial, no caso francês avançava-se para a autonomia das colónias: a greve atingia vários serviços e em breve o ministro estava demissionário com a queda do governo de Charles de Gaulle.

Tanto na ida, como na volta, Mendes Correia e Magalhães Mateus ocuparam parte do tempo no IFAN, descrito como uma «esplêndida instalação de investigação científica» (*Diário de campo...*), dirigido por Théodore Monod (1902-2000) do Museu de História Natural de Paris. Com Monod e Léon Pales (discípulo de Paul Rivet e autor de um volume sobre paleopatologia, que chefiava uma missão científica relacionada com o IFAN e os serviços coloniais de saúde), visitaram as secções de etnologia, botânica, zoologia, antropologia e pré-história, e a biblioteca. Estiveram também com Georges Duchemin (chefe da secção de etnologia); com o linguista M. Darot, que mostrou gráficos de um aparelho de fonética, inventado por si, e sugeriu acompanhar Magalhães Mateus à Guiné (ideia aprovada por Mendes Correia, indo a seu turno um português para o IFAN, o que Monod aceitou); e com M. Joire, pré-historiador e delegado do IFAN em Conacri, na Guiné Francesa. Mendes Correia aproveitava para comparar o trabalho desenvolvido em Portugal e em França:

*Estão em projecto ou em curso investigações científicas nas nossas colónias, especialmente na Guiné, inspiradas no mesmo interesse pelas populações indígenas que se manifesta na actividade do Instituto Francês da África Negra em relação às gentes das colónias francesas daquelas regiões*²⁶.

Para o autor, «França e Portugal são naturalmente ciosos dos (...) direitos sobre os territórios africanos em que exercem a sua soberania e (...) acção civilizadora»²⁷. Tais afirmações são, não obstante, proferidas num contexto em que não só a França possuía mais recursos humanos e materiais para fazer investigação, como em alguns dos seus territórios já se verificavam movimentos sociais de emancipação.

No Senegal visitaram ainda a Escola de Medicina Indígena e o Instituto de Anatomia, onde havia muitos «estudantes negros» dissecando «cadáveres de negros» (*Diário de campo...*). O professor da FCUP acordou com Monod em estreitar a colaboração mútua e a troca de publicações. Júlio Martinez de Santa-Olalla (arqueólogo de Madrid)

²⁵ CORREIA, 1947: 27.

²⁶ CORREIA, 1947: 34.

²⁷ CORREIA, 1947: 34.

sugeriu a Monod a participação portuguesa na Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (que o instituto promoveu em Dakar em Janeiro de 1945 — a primeira de uma série a realizar em várias colónias da parcela da África Ocidental a norte do Congo e a sul da Mauritânia)²⁸. Portugal não participou nessa altura, mas Mendes Correia enviou uma comunicação, sobre os estudos antropológicos nas ilhas de Cabo Verde e na Guiné, e Judite dos Santos Pereira (assistente da FCUP) enviou um estudo sobre a geologia da Guiné. Os cientistas trocaram ainda impressões sobre o centenário da «descoberta» da Guiné (a realizar em 1946) e a possível colaboração do IAUP e da Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais nesse evento.

Ao longo da visita, Mendes Correia descreve alguns indivíduos de acordo com a cor da sua pele — mais ou menos escura — e aponta certas características psicológicas associadas a determinados grupos, embora estas lhe tenham sido transmitidas sobretudo pelos interlocutores com quem se cruzou. O seu diário expõe aspetos relativos à saúde e a indisposições físicas comuns nos trópicos, assim como a doenças (ou malformações) como a filariose, lepra, exonfalia (hérnia umbilical), doença do sono, tuberculose, boubá (doença tropical infecciosa da pele, ossos e cartilagens causada pela bactéria espiroqueta), bócio, varíola, sífilis, elefantíase ou filária, evidenciando assim os seus conhecimentos na área médica. Neste âmbito visita ainda o hospital de Bissau. No campo da antropologia física, observa cerca de duas dezenas de felupes e conclui que são leptomas²⁹ e magros, sendo as mulheres mais pequenas. Faz medições de soldados e recrutas, enquanto Magalhães Mateus copia os registos das inspeções médicas do recrutamento militar. Em Bissau ambos examinam «27 Fulas pretos, 3 Futa-Fulas (...) e 1 Futa forro»; em Bolama observam «de manhã no quartel uns 20 Nalús, 12 Biafadas e 10 Bijagós» (*Diário de campo...*).

Por outro lado, descreve práticas socioculturais. Refere-as às tabancas (aldeias) e a algumas situações particulares: monogamia (entre os felupes, onde não é permitido o adultério); mutilações triangulares dos incisivos superiores (felupes); circuncisão de 30 em 30 anos (felupes); tinham «um chefe para os homens e uma chefe para as mulheres» (felupes); são «muito trabalhadores, cultivadores» (balantas); desenvolvimento de que não estava à espera (papéis); respeitam a mulher (felupes); «não queriam ter um cabo-verdiano, mas um branco como chefe de posto» (felupes); «o grande lutador da colónia» (felupes); «as mulheres biafadas têm em média 5 a 6 filhos cada, mas nascem muitos mortos»; o fanado «é todos os anos segundo o rito islâmico» (biafadas); «as raparigas fazem a clitoridectomia» (biafadas); «é pena o biafada não ser laborioso»; «são muito mais civilizados do que os outros [...] quer no vestuário, quer na habitação» (mandingas); «o fula aprende melhor na escola do que o mandinga» (informação obtida pela

²⁸ CORREIA, 1947: 32.

²⁹ Segundo a classificação do psiquiatra Ernst Kretschmer (1888-1964), o leptossómico é magro, pequeno e fraco.

monitora da escola missionária, filha do administrador de Gabu); «trabalhando nas muitas culturas, bastante pastoreio» (balantas); barqueiros (mandingas); «não parecem ter animais totens» (banhuns); «alternam arroz, milho preto, milho cavalo, carne do mato» (banhuns); têm «5 dialectos diferentes: calequisse, costa de baixo, caio, pecixe e choro» (manjacos); tatuagens muito frequentes (nalus e bijagós) (*Diário de campo...*).

Em Bolama registam «palavras e numeração (...) verificando que a língua nalu é banto, a biafada e os dialetos bijagós não»; visitam «as tabancas dos soldados» (que viviam todos com uma mulher); vêem mulheres bijagós (tatuadas), nalus, manjacos, papéis e balantas, e constataam que não havia «divergências entre eles» (*Diário de campo...*).

Quanto à ação missionária, Mendes Correia refere que as únicas escolas oficiais da Guiné são em Bissau, Bolama, Farim, Bafatá e Canchungo: «foram extintas outras e entregues a missionários, em virtude da concordata»; no entanto, constata que não havia «escolas missionárias», mas apenas «postos de catequese» (*Diário de campo...*).

Quando janta com o governador em Bissau, critica a «falta de escolas, o problema da concordata, a islamização, a assistência sanitária, as distilanas e o alcoolismo», entre outros assuntos. Depois desta viagem Mendes Correia critica as práticas de missionação nas colónias; considera que não se deveria destruir a fé religiosa de um ser humano, mas questiona se será legítima a catequese das crianças e a ação missionária em «populações indígenas»³⁰. O autor proclama a legitimidade dessa catequese na medida em que fosse «criteriosa, prudente e lealmente orientada» e não constituísse «apenas uma lamentável substituição de superstições grosseiras, obceçadas e perigosas por outras não menos grosseiras, obceçadas e perigosas» e duvida que todos os sacerdotes e educadores estejam à altura do seu papel³¹.

Em resultado desta viagem, Mendes Correia ficou mais sensibilizado para a importância do domínio das línguas nativas. Por essa razão, foi registando tudo o que via, voltando posteriormente a fazer referência ao assunto nos seus escritos e nas sessões da Assembleia Nacional enquanto deputado (1945-1957). Conhecer e falar a «língua dos naturais» era fundamental para a sua compreensão, para ajuizar acerca dos seus sentimentos e divulgar as histórias do cristianismo em línguas vernaculares dos índios do Brasil, dos «negros africanos» e de muitas populações orientais³². No caso da Guiné, existiam por exemplo diferenças entre a forma de designar os números pelos felupes, baiotes, banhuns, nalus ou bijagós. Segundo ele, era necessário estudar as «velhas línguas indígenas» enquanto, «como irá sucedendo aos costumes indígenas, não desaparecerem ou não se irão confundindo umas com as outras»; além disso, «a linguística dos negros africanos é do maior interesse científico para esclarecimento dos problemas etnológicos

³⁰ CORREIA, 1946: 150.

³¹ CORREIA, 1946: 151.

³² CORREIA, 1956: 228.

mais transcendentas»³³. Com o seu apoio foi criado em 1946 o Instituto de Línguas Africanas e Orientais na Escola Superior Colonial, onde eram lecionadas cadeiras de sânscrito, árabe, concanim (Goa), quimbundo (Angola), ronga (Moçambique), teto (Timor), entre outras. Para o autor³⁴, os estudos linguísticos tinham ademais um interesse psicológico (conhecer o horizonte mental dos nativos) e ao nível de estrutura científica; além de permitirem utilizar os meios da fonética experimental, gravação, reprodução e análise de sons e fonemas, possibilitavam uma apreciação objetiva, comparativa e classificatória.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Em Portugal, e no entender de Mendes Correia, o estudo das populações colonizadas do ponto de vista físico, mas também o resgate das culturas «primitivas», os seus modos de vida e os seus artefactos, eram fundamentais para que as gerações futuras pudessem conhecer esses exemplos de humanidade quase em vias de extinção. É por isso que, apesar de ter passado alguns dias em Bissau, o seu interesse esteve mais virado para fora da capital nos meios sertanejos das colónias «em contacto directo com as populações», que desejou estudar no seu «ambiente natural, nos seus povoados típicos, o menos possível influenciados pela acção deformadora dos núcleos urbanos e civilizados»³⁵.

Por um lado, a sua viagem à Guiné constituiu uma missão exploratória, uma vez que pouco se conhecia do território, mas, por outro, e também por isso, constituiu um dos primeiros passos para desbravar terreno no que à ciência colonial no campo antropológico se referia. Foi esse carácter que permitiu a Mendes Correia dar conta da diversidade geográfica e humana da Guiné e perceber as áreas de estudo que poderiam ali desenvolver-se — não apenas a antropologia física, mas também aspetos sociais e culturais, a linguística, a geografia, a medicina (com ênfase para a medicina tropical), a história e a arqueologia, entre outros saberes.

O seu princípio foi conferir alguma autonomia às investigações e tomar conhecimento, através de autores estrangeiros e de outras instituições científicas, de modos distintos de abordagem, assim como promover a permuta de estudos com Portugal. É notório que Mendes Correia valoriza o contacto direto com as populações locais, fica fascinado com as suas observações e estimula o envio de pessoas (em especial os que foram seus alunos no Porto) para as missões antropológicas. É esse contacto que lhe permite discernir o muito que ainda havia por conhecer, tarefa comum a países vizinhos das colónias portuguesas em África. Esse empreendimento foi encarado pelo professor como uma missão no sentido mais lato, uma missão nacional na qual se deviam investir os melhores recursos — humanos e materiais.

³³ CORREIA, 1947: 100-101.

³⁴ CORREIA, 1947.

³⁵ CORREIA, 1947: 48.

No seu caderno de campo utiliza termos nativos e crioulos, o que demonstra o seu interesse pelas culturas locais, pelos modos de vida e organização social. Considera que tanto a numeração como os vocábulos deviam ser melhor estudados e que o nalu tinha caracteres do grupo linguístico banto, enquanto o bijagó não tinha caracteres desse grupo linguístico. Contudo, utiliza termos pejorativos como «indígena», populações atrasadas e «raças». A visita ao terreno não lhe permitiu, no entanto, comprovar algumas suposições que tinha ou existiam na metrópole, como, por exemplo: a ideia da falta de higiene dos negros («há mais asseio nos negros do que muitos supõem»³⁶; e o entendimento de que certos grupos africanos estavam em decadência e podiam extinguir-se em pouco tempo:

*Penso no destino desses Biafadas, que alguns supõem condenados à extinção em algumas gerações mas em cuja sobrevivência e revigoração tenho fé pelo que vi e observei, fé aliás condicionada por uma intensificação de providências de carácter sanitário e social*³⁷.

O autor vem a constatar que o imaginário que tinha (ao qual recorreu anos antes para vários dos seus escritos) não correspondia ao que veio a verificar no terreno. Assim, profere afirmações como: «tínhamos lido algures que os Felupes eram bígamos. Asseveraram-nos que são monógamos, sendo o adultério severamente punido entre eles»³⁸; «não vemos em parte alguma os crânios humanos cortados em taças. O chefe diz-nos que esse uso desaparecera»³⁹. Em outros locais refere:

*O que verificámos é que, ao contrário do que nos disseram, também sobre os Nalús (os quais antigamente bons e fieis, teriam começado agora, sobre a acção dos sossos, a ser manhosos e menos dignos de confiança como este) nos pareceram antes, uns e outros, muitos agradáveis e atenciosos. Como essas definições psicológicas globais são frequentemente precárias e subjectivas!... (...) Averiguámos que ainda hoje há os Machol, mas ninguém admite a ideia de que eles pratiquem os actos canibalescos que lhes atribuem*⁴⁰.

A estas formulações acresce que a experiência tida com os guineenses levados para a metrópole, por ocasião das exposições de 1934 e 1940⁴¹, revelou-se distinta da sua vivência no terreno. Finalmente, e ao contrário das formulações racialistas por si

³⁶ CORREIA, 1947: 68.

³⁷ CORREIA, 1947: 68.

³⁸ CORREIA, 1947: 42.

³⁹ CORREIA, 1947: 42.

⁴⁰ CORREIA, 1947: 71-76.

⁴¹ MATOS, 2014.

enunciadas previamente⁴², uma das grandes conclusões da visita é a de que se devia banir a palavra raça e a própria ideia de raça, pelo menos no que ao contexto guineense respeitava. Era óbvia a dificuldade em caracterizar os tipos físicos: «mesmo com a pele do negro mais retinto possível, aparecem figuras de um prognatismo reduzidíssimo ou nulo, de nariz estreito e saliente»; para ele, eram «europeus pintados de negro»⁴³. Assim, conclui:

Creio que, mesmo que originariamente, os vários grupos da Guiné fossem racialmente puros, fossem bem distintos uns dos outros no ponto de vista físico, os «raptos das sabinas», a exogamia fácil de alguns desses grupos, tornariam no decurso dos tempos essa pureza um mito. São a língua, a religião, a organização política e social, que conferem a um indivíduo o direito de se considerar de um grupo étnico e não de outro. O sangue não basta. (...) Há muitos casos de adopção, e nos mixtos prevalece, para atribuição a um grupo ou a outro, nuns casos a origem paterna, noutros a materna. Quem pode, depois disto, continuar a chamar raças aos povos ou grupos étnicos indígenas, da nossa Guiné? (...) Insistimos, pois, na necessidade de se não continuar a dar a estes a designação absolutamente descabida de «raças»⁴⁴.

Mendes Correia chama ainda a atenção para o facto de a «acção civilizadora» poder desfigurar ou fazer desaparecer «factos de interesse etnológico», cujo conhecimento se podia perder se o seu estudo não fosse feito no imediato⁴⁵. No campo das reformulações, defendeu ainda a abolição do estatuto de indígena (que limitava o acesso à cidadania de uma grande parte dos habitantes das colónias portuguesas⁴⁶) numa das sessões da Assembleia Nacional em 1951, proposta que não foi aceite e teria de esperar dez anos para ser concretizada, já depois do seu falecimento⁴⁷.

No geral, é notório que esta viagem despertou a revisão de algumas das suas ideias e preconceitos. Porém, só a partir dos anos 50 os estudos ditos etnológicos passaram a incluir outros parâmetros científicos, pois, no que respeita a este professor, as abordagens sobre a realidade social e cultural serviram amiúde para contextualizar as apreciações do âmbito da antropologia física. As análises de Mendes Correia não se circunscreveram, todavia, apenas a esse âmbito, como exemplificam algumas das suas elaborações referentes a outros territórios. É o caso de Timor, por exemplo, que também visitou, cujas publicações incluem aspetos de contextualização geográfica, histórica e sociocultural⁴⁸.

⁴² MATOS, 2013.

⁴³ CORREIA, 1947: 127.

⁴⁴ CORREIA, 1947: 127-129.

⁴⁵ CORREIA, 1947: 138.

⁴⁶ MATOS, 2013.

⁴⁷ MATOS, 2012.

⁴⁸ CORREIA, 1944, 1955.

Por outro lado, alguns dos trabalhos produzidos por ele, e por outros seus contemporâneos, estiveram relacionados com o carácter do colonialismo português e as políticas dirigidas às colónias, sobretudo durante o Estado Novo (1933-1974). No conjunto, estamos perante um projeto colonial frágil forjado num regime autoritário, que veio a influenciar os modos de fazer e produzir conhecimento científico. A ação de Mendes Correia, embora indicativa de várias limitações, revelou-se, contudo, pioneira no que respeita a desbravar novos terrenos no domínio da antropologia.

FONTES

Diário de campo de Mendes Correia sobre a viagem à Guiné (1945-1946), coleção familiar.

Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia, 1.º volume, IICT, Doc. n.º 1.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Valentim (2000) — *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.
- CARVALHO, Clara (2004) — *O olhar colonial: antropologia e fotografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*. In CARVALHO, Clara; PINA-CABRAL, João de, coord. — *A Persistência da História: Passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 119-145.
- CORREIA, António Augusto Esteves Mendes (1931) — *A Nova Antropologia Criminal*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- (1944) — *Timor Português: Contribuições para o seu Estudo Antropológico*. Lisboa: Ministério das Colónias.
- (1945) — *Missões antropológicas às Colónias*. Separata de «Jornal do Médico», VII (149), n.ºs 11-12. Porto: Costa Carregal, p. 1-10.
- (1946) — *Em face de Deus: Memórias e Confissões*. Porto: Fernando Machado.
- (1947) — *Uma jornada científica na Guiné Portuguesa*. Lisboa: AGC.
- (1955) — *Um Mês em Timor: Palestras na Emissora Nacional*. Série «A Ciência ao Serviço da Humanidade». Lisboa: s.n., 24 p.
- (1956) — *O interesse dos estudos de linguística e o seu carácter científico*. «Boletim da SGL», LXXIV, n.º 7, p. 227-242.
- FONTES, Victor (1934) — *Instruções antropológicas para uso nas Colónias*. In *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Vol. I. Porto: Edições da I Exposição Colonial Portuguesa, p. 188-197.
- GUIMARÃES, Ângela (1984) — *Uma Corrente do Colonialismo Português: A Sociedade de Geografia de Lisboa - 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARTINS, Ana Cristina (2010) — *(Re)conhecer para ocupar. Ocupar para (re)conhecer. A colonização científica de além-mar*. In MARTINS, Ana C.; ALBINO, Teresa, coord. — *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos. 1883-2010*. Lisboa: IICT, p. 26-34.
- MARTINS, Leonor Pires (2006) — *Ossos do ofício: antropometria e etnografia no Norte de Moçambique (1916-1917)*. In SANCHES, Manuela Ribeiro, coord. — *Portugal não é um país pequeno: contar o «império» na póscolonialidade*. Lisboa: Cotovia, p. 113-139.
- MATOS, Patrícia Ferraz de (2012) — *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo*. Lisboa: ICS, Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.

- (2013) — *The Colours of the Empire: Racialized Representations During Portuguese Colonialism*. Oxford & Nova Iorque: Berghahn Books.
- MATOS, Patrícia Ferraz de (2014) — *Power and identity: the exhibition of human beings in the Portuguese great exhibitions*. «Identities: Global Studies in Culture and Power», 21 (2), p. 202-218.
- (2018) — *Conhecimento Científico como Promotor de Potência Colonial: O Caso das Missões Científicas de Foro Antropológico*. In MARÍN-AGUILERA, Beatriz, coord. — *Repensar el Colonialismo: Iberia, de Colonia a Potencia Colonial*. Madrid: JAS Arqueología, p. 371-400.
- ROQUE, Ricardo (2001) — *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*. Lisboa: ICS.